



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141461 - RS (2021/0013700-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : VALDIR MARTINS DE AMARAL (PRESO)
ADVOGADOS : DIRCEU ANTÔNIO DE FREITAS - RS054960
MATEUS ELEGEDA - RS116089
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CORRÉU : VALTER RODRIGUES DE SOUZA
CORRÉU : CRISTIANE LOPES DE ARAUJO
CORRÉU : JONATHAN ANTUNES SALDANHA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VALDIR MARTINS DE AMARAL contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0074630-22.2020.8.21.7000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

Sustenta que o decreto constritivo careceria de fundamentação idônea, não tendo demonstrado, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que o magistrado singular não teria justificado a impossibilidade de substituição da medida extrema por cautelares diversas, notadamente diante da pandemia de coronavírus.

Aduz que não haveria contemporaneidade entre a segregação antecipada e os fatos que lhe foram imputados, que teriam ocorrido há meses.

Requer, liminarmente e no mérito, que lhe seja concedida liberdade, mediante ou não a aplicação das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 327-329):

Primeiramente, no que tange à Recomendação nº 62 do CNJ, cumpre salientar que a reavaliação da necessidade das prisões que duram mais de 90 dias não implica na concessão automática de liberdade, cabendo ao Magistrado analisar o caso concreto.

No caso, observa-se que não há prova de que o paciente se encontra nos grupos de risco divulgados como sendo suscetíveis a complicações graves pela contaminação do coronavírus, motivo pelo qual deve-

se atentar às particularidades do caso concreto.

A necessidade da prisão cautelar somente se justifica quando preenchidos os pressupostos do art. 312 do CPP, assim como quando seja inadequado e insuficiente o cabimento de outras medidas cautelares, a teor do que dispõe o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Em suma, a medida deve ser proporcional e atender a dois requisitos: o *fumus commissi delicti* e o *periculum in libertatis*.

Com efeito, a materialidade e os indícios de autoria encontram-se consubstanciados pelos elementos do inquérito policial, os quais ensejaram a expedição de Mandado de Busca e Apreensão.

Nota-se que, no caso concreto, o paciente se encontrava segregado em prisão domiciliar e é apontado como responsável pelo armazenamento para posterior distribuição das substâncias ilícitas, o que não foi impedido pela pena que cumpre em prisão domiciliar por condenações pelo cometimento de outros delitos.

Quanto ao *periculum in libertatis*, cumpre salientar que se trata de paciente segundo certidão de antecedentes, possui condenações por **roubo** (049/2.12.0000511-3, Sentença Condenatória em 26/10/2016, transitada em julgado em 19/12/2016; 049/2.16.0001982-0, Sentença Condenatória em 10/09/2018, transitada em julgado em 31/10/2018), por **homicídio tentado** (049/2.13.0004160-0, Julgamento Júri - Condenação em 21/05/2015, transitada em julgado em 20/01/2015); e responde criminalmente por **homicídio qualificado** (049/2.08.0000228-1, Sentença de Pronúncia em 26/04/2012), o que indica habitualidade na prática delitiva e reflete a periculosidade do agente.

Entendo, portanto, que estão atendidos os dois requisitos para decretação da prisão preventiva, como bem fundamentado na decisão hostilizada.

Assim, justificada está a necessidade da prisão como forma de garantir a ordem pública, interrompendo ou diminuindo a atuação da atividade criminosa desempenhada pelo paciente. Ademais, a decisão menciona os antecedentes do paciente como indicativos de que se for solto irá colocar em risco a ordem pública.

Assim, estando devidamente justificado o motivo pelo qual o paciente não foi beneficiado com a liberdade provisória, não há falar em ilegalidade da prisão por ausência de fundamentação.

Nesse contexto, devidamente comprovada a efetiva presença dos requisitos necessários à prisão preventiva previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, não se verificando ilegalidade no decreto preventivo, inviável, neste momento processual, a concessão da liberdade ao paciente ou a substituição por medidas cautelares diversas, que

se mostram insuficientes ao caso concreto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência